

**“Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década?
Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela”**

WALLACE DOS SANTOS DE MORAES¹

Muito se tem falado sobre o governo de Hugo Chávez na Venezuela. Quase cotidianamente os cidadãos do mundo são nutridos por informações da grande mídia acerca de suas ações. O curioso é que, de acordo com esta fonte, não existe uma única ação positiva do governo. Fato que expõe um enorme abismo entre o que a maioria da população venezuelana percebe e o que é transmitido pelos grandes meios de comunicação. Dizemos isso porque ninguém pode negar que Chávez permanece no poder por vontade popular através de eleições diretas, livres e sem indícios de fraudes, como atestaram os organismos internacionais. Chávez venceu 3 eleições presidenciais (1998, 2000 e 2006), quatro referendos constitucionais (2004, 2009 e dois em 1999); um referendo revogatório de seu mandato (2007) e só perdeu um referendo constitucional (2007) por uma margem muito pequena de votos. Ainda falta contar as vitórias dos deputados chavistas para o Parlamento. É importante frisar, ainda, que o governo não tem grande poder sobre os maiores meios de comunicação do país (principais formadores de opinião no mundo contemporâneo), muito ao contrário. Com exceção da TV estatal, controlada pelo chavismo, todas as demais TVs privadas estão na oposição incondicional e, diferente do que se é induzido a pensar, criticam livremente as medidas do presidente da República. Diante de tamanha discrepância entre o que é divulgado pela mídia e o que a maioria da população percebe, é salutar situarmos historicamente o governo bolivariano e aparar as meias verdades amplamente difundidas.

O objetivo deste *paper* é responder a uma única pergunta: por que Chávez chegou ao poder e permanece por onze anos? Em outras palavras, por que a maioria da população escolheu Chávez, em 1998, e como este consegue manter os mais pobres

¹ Wallace dos Santos de Moraes é Historiador (UFRJ) e doutor em Ciência Política (IUPERJ), professor adjunto da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do INCT- PPED, pesquisando as variedades de capitalismo (privilegiando a relação capital-trabalho) na América Latina. É autor de “Brasil e Venezuela – histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez”. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

como sua base social de apoio político por mais de uma década? Para responder a estas perguntas, é mister entendermos um pouco da história política da Venezuela, o papel exercido pelo povo nas ruas e o desempenho social do governo.

Para compreender melhor a Venezuela sob Chávez, é prudente sabermos como está dividida a sociedade. Atualmente, as forças sociais posicionam-se da seguinte maneira. Do lado da oposição, estão as instituições da velha ordem do pacto de Punto Fijo, buscando manter seus privilégios dependentes do papel do Estado e, principalmente, dos recursos do petróleo. Fazem parte deste grupo: os velhos partidos políticos (Ação Democrática - AD – e o Democrata Cristão - COPEI), que governaram a Venezuela juntos nos 40 anos que antecederam a chegada de Chávez ao Executivo; a principal organização empresarial para a ação coletiva do país (Fedecámaras); a decadente Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), representando o sindicalismo de conciliação; o alto escalão da Igreja Católica; os banqueiros; os interesses dos EUA e até grupos que reivindicaram o leninismo e participaram da luta armada na década de 1970, mas hoje são pragmáticos, como o caso do Bandera Roja. Também estão deste lado estudantes provenientes dos setores mais abastados da sociedade. Os meios privados de comunicação exercem a liderança e o papel de porta-vozes deste setor.²

Do outro lado, formam a base social do governo Chávez, o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela) que aglomerou diversos pequenos partidos e grupos políticos, o Partido Comunista da Venezuela (PCV), diversas organizações sociais dos setores mais pobres da população, como círculos bolivarianos, comitês de saúde, cooperativas, organizações de vizinhos, estudantes e outros, certo contingente de micro e pequenos empresários organizados na Empreven (Empresários pela Venezuela), a Central Socialista de Trabalhadores da Venezuela (CST)³ e militares.

Ainda existe uma terceira força composta pelos setores mais radicalizados do movimento sindical, campesino, comunitário e estudantil. Destacam-se os trabalhadores que ocupam fábricas e terras e alguns movimentos de comunidades. Eles exigem tomar as indústrias das mãos dos capitalistas, acabar com o latifúndio, a propriedade privada e

² Ver Rovai (2007), Maringoni (2004) e Petras (2007; 2008).

³ A CST foi criada em 2008, como cisão da UNT e tem estrutura unificada ligada também ao partido liderado por Chávez, PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela).

estabelecer o poder popular. Este setor é composto por diversas pequenas organizações com orientações das mais variadas e sem uma ação orquestrada única. A UNT (União Nacional de Trabalhadores)⁴ tentou aglutinar este setor nos últimos anos.

Fato é que o grupo liderado por Chávez tem apoio da maioria da população e o grupo dos radicais é o menor de todos. Todos eles disputam a hegemonia e visibilidade na sociedade através de protestos nas ruas, ocupações de fábricas e locautes. Estas ações fazem da Venezuela um lugar de intensa participação política da população nas calles. Ao mesmo tempo, é importante frisar, que, da perspectiva eleitoral, nenhuma das forças contrárias a Chávez tem uma liderança capaz de enfrentá-lo. Tudo gira em torno das ações do governo e não existe um projeto alternativo capaz de aglutinar o amálgama da oposição. Ao mesmo tempo, devido à polarização da sociedade, o fiel da balança acaba sendo o setor mais radical do movimento, diferente dos modelos de Welfare State estudado por Esping-Andersen, nos quais a classe média assumia essa posição. Não obstante, este setor mais radical também está dividido, uns passaram a formar criticamente a base social chavista, tentando empurrar o governo para o socialismo, exigindo que acabe com todos os resquícios do capitalismo; outros estão na oposição juntos com os representantes do capital exigindo a queda do governo; e outros ainda permanecem críticos de ambos os lados e se aliam a um ou outro dependendo do tema e do contexto em questão.

Com efeito, é inegável que a Era Chávez está marcada por intenso conflito, reverberando-se em grandes problemas de governabilidade. Os setores da oposição clamam constantemente a população à desobediência civil. Neste sentido, já tentaram um golpe de Estado; boicote ao pagamento do imposto de renda e outros; realizaram incontáveis protestos de rua – alguns confrontacionais com as forças chavistas e policiais; realizaram sabotagens na PDVSA (Petróleos de Venezuela) – coração da economia – que quase levou à bancarrota da economia do país e realizaram várias greves patronais. Mas o maior opositor de Chávez tem sido os monopólios privados da comunicação que o atacam dia e noite, alguns jornalistas chegam a usar palavras de baixo calão contra Chávez e defender a sua execução. Por outro lado, diversos trabalhadores ocupam fábricas, prédios e terras; fazem greves trabalhistas; vão para as

⁴ A UNT foi criada em 2003, com a saída de vários sindicatos da CTV.

ruas defender o governo e exigir suas demandas sociais. Esses acontecimentos em seu conjunto lembram um estado de natureza hobbesiano, com sérias dificuldades para se governar.

Enquanto a oposição está embebida do lema: quanto pior, melhor; o governo, também pouco preocupado em afagá-la, aplica a lei contra a tentativa de desestabilização. Daí, ele nacionaliza e estatiza firmas que desrespeitam as leis nacionais e principalmente se negam a pagar impostos (Caso da RCTV, por exemplo) e reestatiza empresas estratégicas privatizadas no período neoliberal. Chávez também desapropriou prédios abandonados e latifúndios improdutivos e os concedeu para os sem-teto e sem-terra que o haviam ocupado.

Todavia, é importante entender como que se chegou a este grau de polarização da sociedade. Consideremos um pouco da história política venezuelana.

Do final do século XIX até 1935, a Venezuela foi governada pela mão de ferro de dois generais. Entre 1935 e 1948, a maior parte da literatura venezuelana considera que o país viveu seu pequeno interregno democrático, embora os sindicatos de trabalhadores não tivessem tanta liberdade e outros dois generais e o representante da AD chegassem ao governo por meio de golpes militares, sem eleições livres e diretas. Entre 1948 e 58, o país viveu novamente sob a mão de ferro de outro general. Só em 1958, um pacto orquestrado em Nova York e firmado em Punto Fijo pelos principais partidos políticos do país e as elites econômicas, excluindo a esquerda, estabeleceu uma democracia bipartidária, sob a qual apenas o partido da Ação Democrática (AD) e o Democrata Cristão (COPEI) ganharam as eleições e governaram com repartição política dos cargos do Estado e da PDVSA. Convém ressaltar que a democracia venezuelana, tão reverenciada por politólogos, era baseada no sistema de listas eleitorais fechadas que fixava, por um lado, a diminuição do personalismo parlamentar, e, por outro, estabelecia o domínio das direções partidárias sobre os deputados, aumentando a disciplina e garantindo o sistema de Punto Fijo. Outro fator importante a ser destacado é que, até 1989, a democracia fora deveras limitada apesar da retórica, pois o Executivo nacional escolhia os prefeitos e governadores, não tendo o povo, portanto, participação nessas escolhas. Sob este contexto, o espaço foi muito diminuto para surgir lideranças políticas independentes.

A saúde do Pacto de Punto Fijo durou até o aprofundamento da fome e da desigualdade, com a crise do petróleo e da dívida na década de 1980 e derradeiramente com a implementação das políticas neoliberais.

Carlos Andrés Pérez assumiu o governo no início de 1989. Sua primeira medida foi anunciar um acordo com o FMI, adotando as seguintes medidas: desvalorização da moeda, redução dos gastos públicos e do crédito, liberação dos preços, congelamento dos salários e aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A queda dos preços do petróleo, juntamente com a adoção de medidas neoliberais, privatização de bancos, do sistema de telecomunicações, da água etc., significou a redução drástica do Estado, dos programas sociais e assistenciais, dos empregos públicos, aumento do desemprego e da carestia, concentração de renda e explosão da pobreza e da insatisfação popular. As reformas pró-mercado atentaram contra as expectativas populares acostumadas com a forte intervenção do Estado, subsidiada pela exportação de petróleo. A gasolina sofreu um reajuste imediato de 100% e, conseqüentemente, os preços dos transportes também. Foi a senha para a população, já deveras empobrecida, fazer a rebelião espontânea de fevereiro de 1989 (Caracazo)⁵ e não sair mais das ruas.⁶ Neste momento, o povo revoltou-se contra o neoliberalismo e os pilares do Pacto de Punto Fijo, em uma das maiores manifestações da América Latina. Muitos movimentos sociais foram criados neste contexto e outros foram rearticulados.

É a partir deste quadro que devem ser entendidas as tentativas de golpes militares com apoio popular em 1992, uma delas protagonizada por Hugo Chávez – então tenente-coronel do Exército – e outra por Willian Izarra – major da Força Aérea. Ambas as rebeliões militares foram derrotadas. Segundo Murillo (2001: 88), em 1993,

⁵ Foram cinco dias de protestos, a partir do dia 27 de fevereiro de 1989. Eles começaram com quebra-quebra de ônibus, por causa do aumento das passagens, e se estenderam para toda a Venezuela com saques, barricadas e muitas mortes. Os centros médicos apontavam a existência de 1.000 a 1.500 mortos durante os protestos (Maringoni, 2004: 114). Em 1991, outros protestos na Venezuela contra o alto custo de vida resultaram em 20 mortes. Os protestos para a retirada de Pérez Jimenez do poder contabilizaram outras 300 mortes de manifestantes. Constatamos, portanto, que protestar na Venezuela é um grande risco de vida. Sobre protestos de rua na Venezuela, ver López Maya *et alii* (2002), pois recheados de detalhes, principalmente sobre a década que antecede à chegada de Chávez ao Executivo. “As tropas dispararam mais de 4 milhões de tiros contra a população desarmada.” Fonte: ABN (Emma Grand) - 26 de fevereiro de 2009.

⁶ Segundo López Maya *et alii* (2002: 17), desde o Caracazo se produziu uma onda crescente de mobilizações de natureza confrontacional e violenta que contrasta com os protestos de natureza convencional dos anos anteriores.

48% da população apoiou a tentativa de golpe de Chávez, enquanto 42% a rejeitava. Este dado é importante para entendermos como o tenente-coronel Chávez ganhou popularidade na Venezuela. Em 1993, Carlos Andrés Pérez sofreu impeachment por prática de corrupção.

No mesmo ano, Rafael Caldera ganha as eleições com um discurso contra as reformas orientadas ao mercado. Todavia, não cumpriu sua promessa, fazendo o que determinou o FMI: abertura petroleira, que previa a participação privada nos negócios do petróleo e no descumprimento das cotas determinadas pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Essas políticas resultaram na desregulamentação do mercado de câmbio, elevação da taxa real de juros, transferências para os setores financeiros endividados, privatização, abertura do setor petroleiro ao capital privado externo e crescente autonomia da PDVSA (Medeiros, 2008: 146). Elas tinham o objetivo de combater a crise, almejando um dos principais objetivos do capitalismo: crescimento econômico. Todavia, entre 1988 e 1999, o PIB cresceu à média anual de 0,9%, enquanto a população o fez à de 2%; a renda média por habitante, em 1999, foi cerca de 10% menor que a de 1998, ou 29% menor que a de 1980 (Medeiros, 2008: 146). Resultado: mais desmonte do serviço público, redução do Estado, aumento do desemprego, da miséria e descontentamento da população com o neoliberalismo e o Pacto de Punto Fijo.

Até as décadas de 1980-90, a Venezuela não tivera um movimento social organizado e atuante capaz de impor sua agenda ao Estado. A partir do extremo empobrecimento da população no início dos anos 80, há um processo crescente de reivindicações que, como vimos, culmina com o Caracazo de 1989.

Quadro 1: Total de protestos entre 1989 e 1999 na Venezuela

Anos	Total de protestos
Outubro de 1989 a setembro de 1990	675
Outubro de 1990 a setembro de 1991	546
Outubro de 1991 a setembro de 1992	873
Outubro de 1992 a setembro de 1993	1.047
Outubro de 1993 a setembro de 1994	1.096
Outubro de 1994 a setembro de 1995	581
Outubro de 1995 a setembro de 1996	534
Outubro de 1996 a setembro de 1997	550
Outubro de 1997 a setembro de 1998	385
Outubro de 1998 a setembro de 1999	805
Total da década	7.092

Fonte: Provea, Situação dos direitos humanos. Informe anual (anos respectivos) *in* López Maya *et alii*, (2002:10).

A vitalidade das reivindicações, mostrada acima, foi tão significativa que entre 1989 (Caracazo) e 1999 (chegada de Chávez ao Executivo) foram contabilizados mais de dois protestos por dia, perfazendo um total de 7.092, sem contar as greves de funcionários públicos (López Maya *et alii*, 2002: 9-10). Com relação à história da Venezuela, as duas últimas décadas do século XX caracterizaram-se por dois aspectos fundamentais: 1) o enorme aumento dos protestos de rua e das greves trabalhistas; 2) a natureza destes mudou, passando a ser mais confrontacionais e violentos.

Neste contexto, Hugo Rafael Chávez Frías representa a insatisfação popular com os partidos e políticos tradicionais, capitaliza as reivindicações dos movimentos sociais e ganha as eleições com a mais alta porcentagem de votos da história eleitoral pós-1958. Inaugurava-se um novo momento na história política, econômica e social da Venezuela. A partir de então, apontavam-se dois caminhos muito claros para o governo de Chávez: 1) não atender as demandas populares e, portanto, corria sério risco de cair no

ostracismo que a AD e o COPEI caíram junto aos mais pobres; 2) atender as reivindicações populares e se concretizar como liderança proeminente delas, praticamente perpetuando-se no poder. É importante destacar que o primeiro ano do governo citado foi caracterizado por intensos protestos de rua que empurraram o governo a tomar uma posição rápida.

Logo após a posse de Hugo Chávez, em 1999, vários movimentos sociais promoveram ocupações de prédios e terras, chegando, no atual estágio, em ocupações de fábricas. Em todo o país e desde então, as manifestações de rua intensificaram-se, defendendo o rompimento com a política neoliberal e puntofijista. Ao mesmo tempo, a população pobre organizada é trazida novamente à participação na institucionalidade e é levada, paulatinamente, a abandonar os protestos violentos contra as instituições, o Capital e a ordem. A tradição inaugurada com o Caracazo cria uma “revolução legal”, que institui o “Capitalismo de las Calles” na Venezuela. Isto é, o capitalismo produzido é resultado de muitas das reivindicações de populares que, com absoluto respeito às leis do país, exigem do governo que as mudanças sejam feitas. Com efeito, a população foi chamada, por várias vezes, ao voto. Por isso, utilizamos a categoria “Revolução Legal” para designar as transformações realizadas no governo Chávez, em absoluto respeito às regras do jogo democrático e, sobretudo, às leis. Entre uma eleição e outra, o povo volta às ruas para defender as reformas constitucionais, projetos, conter a oposição, estabelecer novas reivindicações.

Em resumo, o primeiro ano de Chávez no Executivo foi de intensa mobilização popular, de alta politização, com grandes confrontos de rua e uma maior tolerância por parte do governo com as manifestações. Isto não significa dizer que o governo permitiu todos os protestos ao longo dos onze anos da Era Chávez, pois muitos dos trabalhadores foram reprimidos, principalmente os mais radicalizados e de ocupações de fábricas. Ao mesmo tempo, muitos dos manifestantes foram cooptados pelo governo.

As demandas vindas das ruas refletem diretamente a posição do chavismo, que não rompe com o capitalismo, mas apenas com o neoliberalismo, pois as exigências, majoritárias, dos movimentos são mais legalistas do que revolucionárias. Isto é, a maioria dos movimentos não reivindica prioritariamente o fim do capitalismo, mas melhorias na qualidade de vida por meio de reformas.

Por conseqüência, Chávez foi o único que cumpriu a promessa de se desvencilhar das medidas neoliberais, atendendo às enormes reivindicações populares. Nesse sentido, desagradou aos interesses favorecidos por aquela política. Além de “renacionalizar” a PDVSA, o governo foi responsável por reativar o valor da OPEP, desagradando os interesses das multinacionais do petróleo e do seu maior consumidor, os EUA; reestatizou diversas empresas privatizadas e ainda estatizou, por meio de indenizações, empresas privadas que desrespeitaram as leis do país.

Para não focarmos meramente na retórica, analisemos alguns números da gestão bolivariana que justificam o apoio popular. Vejamos.

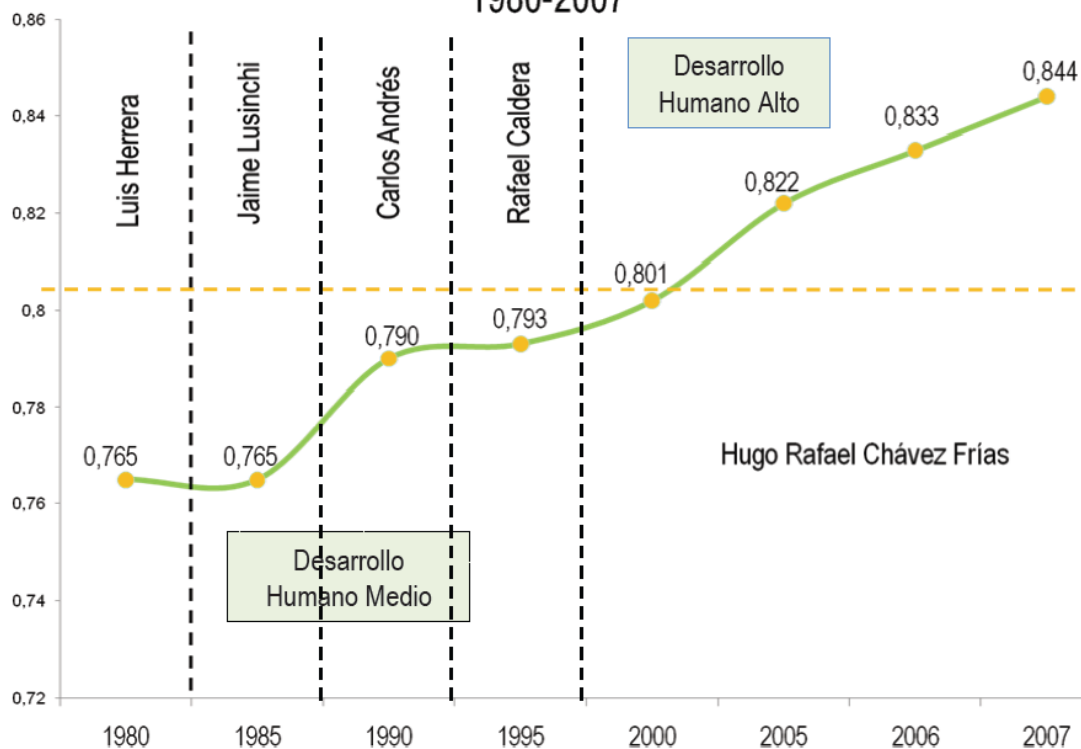
Porcentagem da linha de pobreza e de indigência na Venezuela

Ano	Pobreza %	Indigência %
1990	15,7	5,0
1999	22,6	9,0
2002	22,1	9,2
2007	10,2	3,2
2008	9,9	3,5

Fonte: Cepal documento: “POBREZA Y DISTRIBUCIÓN DEL INGRESO / POVERTY AND INCOME DISTRIBUTION” in <http://www.eclac.org>

Percebemos, com os dados da CEPAL acima, o quanto a adoção de políticas neoliberais na Venezuela contribuiu para o aumento dos índices de pobreza e de indigência. O grosso das medidas pró-mercado são aplicadas entre 1989 e 1999. Nesses dez anos o índice de pobreza aumentou 50% e o de indigência quase dobrou. O governo Chávez, por outro lado, com medidas antiliberais, reduziu o índice de pobreza a menos da metade e o de indigência, em dois terços.

Venezuela. Evolución del Índice de desarrollo humano, 1980-2007



Nota: Para los años 1980 al 2006, cifras ajustadas según base de datos actualizadas Fuente: Naciones Unidas, PNUD / 2009

Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano, percebemos que sob o governo Chávez a Venezuela atingiu índice considerado alto pelas Nações Unidas. Embora possamos identificar uma tendência constante de melhora entre 1980 e 2000, durante o capitalismo de las Calles esse crescimento é acelerado.

Os indicadores de direitos sociais abaixo avaliam positivamente o modelo de neodesenvolvimentismo da Venezuela. Enquanto as políticas neoliberais caracterizaram-se por aumentar o desemprego em todo o mundo, na Venezuela as políticas anti-liberais de Chávez diminuíram o desemprego a menos da metade. Chama também muito a atenção o exorbitante crescimento do número de aposentados – depois da reforma da previdência realizada pelo governo bolivariano.

Indicadores de derecho social, según concepto, 1999-2009

Concepto	Año 1998, antes del Inicio del Gobierno Bolivariano	Gestión del Gobierno Bolivariano, 2009
Desempleo (mensual - diciembre)	15,0%	6,6 % (2009)
Hogares en Situación de Pobreza por Ingreso	49,0%	24,2%(II sem. 2009)
Hogares en Situación de Pobreza Extrema por Ingreso	21,0%	6,0%(II sem. 2009)
Hogares en Situación de Pobreza por NBI	28,9%	23,6%(I sem. 2009)
Hogares en Situación de Pobreza Extrema por NBI	10,8%	7,9%(I sem. 2009)
Hogares en Situación de Pobreza Crónica	20,2% (2002)	11,4%(I sem. 2009)
Índice de Desarrollo Humano , Fuente: PNUD/2009	0,765 (1980)	0,844 (2007)
Desigualdad Económica(Índice de GINI)	0,4865	0,3928
Salario Mínimo (US \$)	185,1	450,0 (septiembre 2009)
Mortalidad Infantil (por mil nacidos vivos)	19,0	13,98 (2007)
Tasa Neta Preescolar (1998/99 vs 2007/08)	40,3%	56,2%
Tasa Neta Básica(1998/99 vs 2007/08)	82,8%	91,5%
Tasa Neta MPD(1998/99 vs 2007/08)	21,6%	37,2%
Población con Acceso a Agua Potable	82,0%	94,0%
Población con Acceso a Agua Servida por Redes	64,0%	84,0%
Número de Pensionados/as	475.114	1.298.812(2009)

Fuente: Instituto Nacional de Estadística, INE, Ministerio del Poder Popular para la Educación, Ministerio del Poder popular para la Salud

O governo de Chávez melhora muito os índices sociais com políticas social-democratas e essa é a principal explicação para o apoio popular recebido, apesar da forte oposição dos meios de comunicação.

Em resumo, os onze anos de chavismo resultaram numa quase revolução na Venezuela com fortes resquícios para América Latina. No sistema partidário, a AD e o COPEI, que reinaram absolutos durante quatro décadas na política, foram reduzidos a pequenos partidos com pouca relevância popular. Fato semelhante aconteceu com a Central de trabalhadores da Venezuela (CTV) que deixou de ser a única central para concorrer com outras que tornaram-se mais fortes. Houve, ainda, um considerável incremento da participação popular por meio de referendos e plebiscitos. Em onze anos, a população foi mais às urnas que em quarenta anos sob o Pacto de Punto Fijo. Foi a população que decidiu se queria uma nova Constituição, então, ela votou nos constituintes, depois ainda votou pela aprovação da Constituição. As reformas constitucionais não ficaram apenas a cargo do Congresso Nacional, totalmente dominado pelo chavismo, mas os eleitores decidiram se aprovavam ou não. A

Constituição de 1999 prevê, ainda, o referendo revogatório do mandato do presidente da república, um instrumento inédito no continente americano, ao qual poucos governantes teriam coragem de se submeter. Nesse sentido, o protagonismo popular é evidente para o temor dos defensores da democracia minimalista.

Economicamente, a PDVSA foi reestatizada e seus lucros que serviam para enriquecer seus acionistas passou a financiar fortemente projetos sociais e do Estado. Além disso, a Petróleos de Venezuela vinha desrespeitando as cotas da OPEP e vendendo o ouro negro a preços inferiores aos dos outros produtores no mercado internacional. A gestão de Chávez mudou tudo isso e foi protagonista no restabelecimento do poder da OPEP.

No plano da política internacional, outra mudança drástica. Enquanto durante todo o século XX, e principalmente nos últimos 40 anos, a Venezuela esteve como aliada incondicional dos EUA; sob o governo Chávez, o país de Simon Bolívar colocase, na América Latina e no mundo, como um dos maiores críticos do imperialismo estadunidense, desafiando-o retoricamente. Além disso, os aliados preferidos do chavismo têm sido justamente aqueles que os EUA rotularam como parte do “eixo do mal”, como Cuba e Irã.

No âmbito latino-americano, o governo Chávez foi o primeiro a combater veementemente os pilares do neoliberalismo, abrindo espaço para surgirem outros projetos social-democratas na América. Além disso, combateu intensamente a ideia da ALCA e ainda propôs a ALBA como alternativa. Destarte, no contexto internacional, a ousadia da Venezuela tem dado suporte para projetos não neoliberais na região, como do Equador, Bolívia e Nicarágua. No caso do recente golpe em Honduras, a diplomacia venezuelana foi uma das mais atuantes e sem vacilar rapidamente exigiu o retorno do presidente deposto e denunciou o golpe de Estado em curso para todos os cantos, deixando a diplomacia estadunidense em situação no mínimo desconfortável para apoiar o ocorrido. A agressividade da atuação na política externa venezuelana na defesa nos fóruns internacionais do meio ambiente, do perdão da dívida dos países pobres, na crítica ao fórum de Davos e na defesa do Fórum Social Mundial sem dubiedade e com clareza de suas posições a colocam como alvo principal dos contrários a estas políticas. Um exemplo emblemático disto é assistir a cobertura da TV estatal venezuelana,

controlada pelo chavismo, do fórum de Davos. Enquanto as TVs de todo o mundo transmitem os discursos dos chefes políticos mais poderosos do mundo acriticamente, a TV estatal mostra suas contradições e as diferenças entre discurso e prática, dando ênfase às reivindicações dos manifestantes do lado de fora, assumindo claramente a função de porta-voz dos mesmos. Além disso, não os coloca como baderneiros e inconseqüentes como induzem as agências internacionais de notícias; mas ao contrário, transmite suas reivindicações e propostas denunciando, ainda, a forte repressão contra os mesmos.

Conclusão

Na Venezuela, podemos dizer que o governo Chávez adota um projeto nacional-desenvolvimentista, pois cria estatais; re-estatiza empresas antes privatizadas; aumenta, sobremaneira, a intervenção na economia por meio de controle de preços dos produtos de primeira necessidade, ofertas de produtos a preço de custo para a população em mercados populares; e amplia os direitos sociais e o emprego público.

O governo venezuelano, além de cessar as reformas pró-mercado, permitiu e, em alguns casos, até estimulou as reivindicações trabalhistas. Ele chegou a estatizar – por meio de indenizações – algumas firmas que não respeitaram os direitos dos trabalhadores. Também diminuiu a jornada de trabalho sem redução de salários – uma reivindicação histórica dos trabalhadores. Após a promulgação da lei de terras de 2001, distribuiu mais de 1 milhão de hectares de terras improdutivas entre camponeses pobres, democratizou muitas das decisões do governo sob forma de referendos e plebiscitos, bem como, criou diversos programas sociais – através das missões sociais de “barrio adentro”. Tudo isso se realiza em pleno acordo com as leis do país e atendendo às reivindicações das ruas, caracterizando o que denominamos de “Capitalismo de Las Calles”, impondo uma “Revolução legal” (ver Moraes, 2009). É importante reafirmar que Chávez é produto e pressionado pelo crescente movimento social venezuelano, despertado em meados da década de 1980, vindo num crescendo desde então.

Com efeito, ratificamos que o “Capitalismo de Las Calles” não reproduziu o neoliberalismo, não criou o socialismo, mas simplesmente implementou políticas muito fáceis de identificar. Trata-se de políticas desenvolvimentistas, impulsionadas, tal como no período do pós-guerra, por pressão do Trabalho.

Finalizando, a Venezuela foi a pioneira no enfrentamento radical do neoliberalismo com reversão de suas políticas e paga um alto preço: oposição dos porta-vozes do neoliberalismo no mundo, os grandes monopólios privados da comunicação. Portanto, Chávez não é nem ditador, nem, por outro lado, pai dos pobres. Indubitavelmente, seu governo é sensível às demandas populares, mas, se não fossem os movimentos sociais, mesmo que Chávez quisesse, ou qualquer outro governante, seria impossível implementar o Capitalismo de las Calles pela Revolução Legal. Por fim, já temos instrumentos para responder a pergunta do título deste artigo. Podemos afirmar que Chávez chegou ao poder no momento de forte descontentamento dos movimentos sociais com a democracia limitada puntofijista associada com o neoliberalismo excludente. Também podemos dizer que Chávez permanece no poder porque atende diversas reivindicações populares, desconstruindo o neoliberalismo com políticas social-democratas. Tomara que os movimentos sociais mantenham-se atuantes e avancem para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre das amarras do capital.

Referências

- ALFONZO-GÚZMAN, Rafael. (2008), *Nueva Didáctica del Derecho del Trabajo*. (14ª ed.) Caracas: Editorial Melvin.
- BOSCHI, Renato. (2007), “Idéias de Pelica na América Latina: ‘Ismos’ Comparados”. *Insight Inteligência*, ano X, nº 37, pp. 126-136.
- CHIRINO, Orlando. (2007), En Venezuela existen tres visiones sobre la reforma constitucional. Aporrea. www.lahaine.org. Acesso em 5.11.07.
- COATES, David (org.). (2006), *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*. New York: Palgrave Macmillan.
- COLLIER, Ruth B. e COLLIER, David. (1991), *Shaping the Political Arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- DINIZ, Eli. (1991), “Empresários e Projeto Neoliberal na América Latina: uma Avaliação dos Anos 80”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 3, pp. 349- 377.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- FEIJÓO, José Valenzuela. (2005), “Venezuela: Algumas Lições do Golpe de Estado e do Contragolpe”. In OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no libertador – bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. (2ª ed.). Florianópolis: Insular.

FURTADO, Celso. (2008), *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.

KATZ, Cláudio (2007). Las encrucijadas del nacionalismo radical. <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=59330>

LANDER, Luis E. (2005), “Petróleo e Democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à sublevação soterrada e à insurreição aberta”. In OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no Libertador. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. (2ª ed.). Florianópolis: Insular,

_____ e LÓPEZ MAYA, Margarita. (2003), “Venezuela, Golpe y Petróleo”. In LANDER, Luis E. (ed.). *Poder y Petróleo en Venezuela*. Caracas: Faces-UCV, Pdvsa.

_____. (2003b). “Venezuela: fortunas y penas de un país petrolero”. In LANDER, Luis E. (ed.). *Poder y Petróleo en Venezuela*. Caracas: Faces-UCV, Pdvsa.

LÓPEZ MAYA, Margarita. (2006). “Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica”. In CAETANO, Gerardo. *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO.

_____; SMILDE, David e STEPHANY, Keta. (2003), “La protesta popular venezolana entonces y ahora: ¿cambios en la política de la calle?” *Revista Politeia*, nº 30. Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela, pp. 157-181.

MARINGONI, Gilberto. (2004), *A Venezuela que se Inventa. Poder, Petróleo e Intriga nos Tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

MONCADA, Samuel. (1985), *Los Huevos de la Serpiente. Fedecámaras por Dentro*. Caracas: Alianza Grafica.

MORAES, Wallace S. (2009) *Capitalismo Sindicalista de Conciliação e Capitalismo de las Calles – os casos de Brasil e Venezuela no pós-neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado defendida no IUPERJ.

_____ (2011) *Brasil e Venezuela – histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro: Achiamé.

MURILLO, Maria Victoria. (2001), *Labor Unions, Partisan Coalitions, and Market Reform in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

NAIM, Moisés. (1993), *Paper Tigers and Minotaurs: the politics of Venezuela's economic reforms*. Washington: A Carnegie Endowment Book.

PETRAS, James. (2008), Venezuela: Diccionario de eufemismos de la oposición progresista. Artigo original em <http://petras.lahaine.org/articulo.php?p=1725>. Traducido para Rebelión por S. Seguí.

ROVAI, Renato. (2007), *Midiático Poder. O Caso Venezuela e a Guerrilha Informativa*. São Paulo: Publisher Brasil.

WEISBROT, Mark e SANDOVAL, Luis. (2007), The Venezuelan Economy in the Chávez years. In www.cepr.net, julho.

LEGISLAÇÃO

Constitución de La República Bolivariana de Venezuela (1999) con la enmienda n° 1 aprobada por el pueblo soberano, mediante referendo constitucional, a los 15 días Del mes de febrero de 2009.

Ley Organica Del Trabajo de La Republica Bolivariana de Venezuela (1997). Com atualização até janeiro de 2009.

Ley Del Seguro Social de La Republica Bolivariana de Venezuela (2006). Com atualização até outubro de 2008.

“Gaceta Oficial n. 38.426 de fecha 28 de abril de 2006 da República Bolivariana de Venezuela”
– REGLAMENTO DE LA LEY ORGÁNICA DEL TRABAJO de 25 de abril de 2006.

SITES PESQUISADOS

<http://www.eclac.org>

<http://www.abn.com.ve>

<http://www.lahaine.com.ve>

<http://www.rebellion.com.ve>

DOCUMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA RECENTE DA VENEZUELA

Bartley, Kim y O'Brian, Donnacha (dirs) (2003). La revolución no será televisada, Irlanda, documental.

Palácios, Ángel (2004). Puente Llaguno. Las Claves de una masacre. Caracas, documental.